



AGPTEA

ANO XXVII - N° 50
Porto Alegre - RS
Edição Bimestral
Setembro/Octubro 96
Gestão 96/99
IMPRESSO

ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROFESSORES TÉCNICOS DE ENSINO AGRÍCOLA

Fundada em 02/07/69 - Av. Desembargador André da Rocha, 181/203 - CEP 90050-161 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

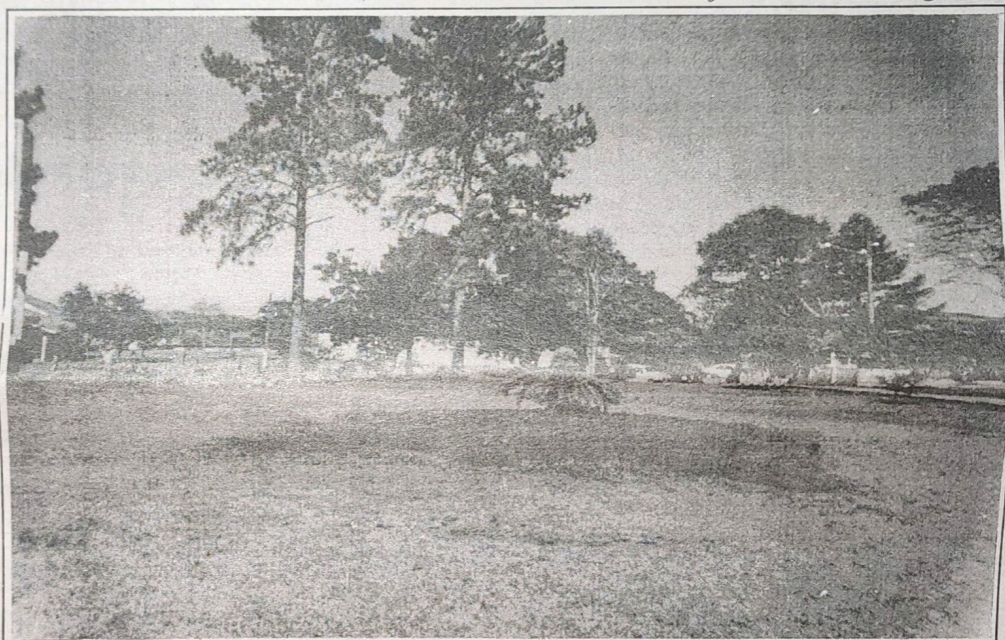
ENCONTRO SULBRASILEIRO E ESTADUAL DE ENSINO AGRÍCOLA SERÁ EM GUAPORÉ

Professores, estudantes e autoridades debaterão nos dias 9, 10 e 11 de outubro os desafios do ensino Agrícola

A Escola Agrícola de Guaporé vai sediar o I Encontro Sulbrasileiro e o XI Encontro Estadual do Ensino Agrícola, nos dias 9, 10 e 11 de outubro.

O evento promovido pela Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola (AGPTEA), coo-promoção da Escola de Guaporé e com apoio da Confederação Brasileira de Professores do Ensino Agrícola (CBPEA), terá participação de palestrantes locais e Guatemaltecos, que irão apresentar experiências praticadas no ensino do setor primário, realizados pelas autoridades da Guatemala. O centro dos debates serão as reformas do ensino, a agricultura e ambiente, informou o presidente da entidade, Antônio Ilha. O Encontro também propõe a discussão dos desafios que os trabalhadores do ensino agrícola vem enfrentando, como: a falta de tecnologia nas escolas rurais, a falta de cursos de habilitação, a falta de recursos e a integração das instituições educacionais nos países do Conesul.

Segundo Ilha, a SEC liberou o ponto para que os professores possam participar deste importante evento. O presidente da CBPEA, Luis Calvette, alertou que o encontro de Guaporé servirá para formalizar as autoridades o complicado quadro que se encontra o esquecido ensino agrícola.



Vista parcial da praça central da Escola Estadual Agrícola de Guaporé. O colégio forma profissionais para o setor primário da economia



Os alunos além de participarem das aulas teóricas pedagógicas, também desenvolvem aulas práticas nos setores de produção da escola.

NESTA EDIÇÃO

* O ensino agrícola e seus problemas *Página... 2*

* A coluna dos Bastidores *Página... 3*

* Estação Experimental vira Disney Gaudéria

Página... 3

* Lúcia Camini assume CPERS/S *Página... 4*

* Ensino Agrícola - decadência em alta *Página... 7*

OPINIÃO

EDITORIAL

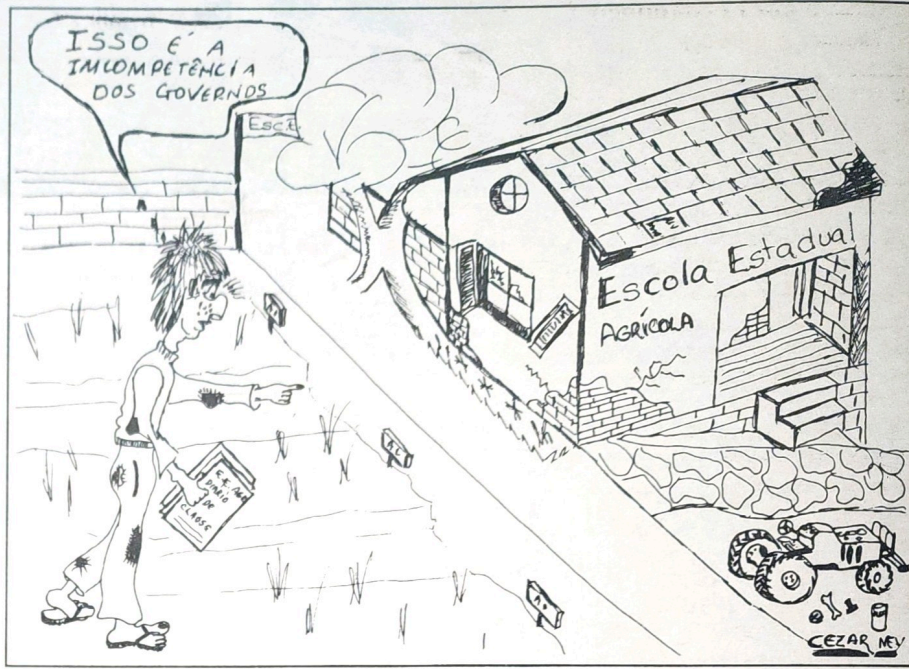
Não podemos ser omissos

Estamos próximos de mais um grande evento da AGPTEA, o I Encontro Sul Brasileiro de Ensino Agrícola e XI Estadual, o que só terá êxito com a tua presença presado defensor de nossa luta. Estamos preparando com maior carinho todas as atividades para recebê-los com um caloroso chamarão gaúcho. Num amplo debate democrático iremos nos situar e vivenciar as condições vividas e sofridas por nossos educadores do ensino do setor primário. Das discussões, levantaremos propostas e indicativos, no intuito de auxiliar e colaborar com as pessoas que fazem a política educacional de nossa unidade federal e as demais de nosso País.

Nós não podemos ficarmos indiferentes frente as atuais situações vividas e sofridas pelo nosso aguerrido povo brasileiro. Não é possível aceitarmos viver em uma nação com tanta riqueza e um povo tão pobre. Devemos dar um basta nas agressões ambientais, na falta de uma reforma agrária e na falta de uma política agrícola e de desenvolvimento. Temos que nos prepararmos para dizer um não, aos políticos e governantes incompetentes, que só fazem é aumentar o desemprego, o analfabetismo e a miséria de nossa sociedade. Não podemos concordar com uma sociedade tão dividida em classes sociais. É impossível aceitar uns poucos tão ricos e uns tanto mais pobres.

Por isso, caro colega, a tua presença neste encontro que estamos promovendo, irá valorizar o esforço de nossa entidade e da Escola Agrícola de Guaporé/RS, em promover um evento desta natureza. Sabemos, que todos os trabalhadores em educação que atuam no ensino agrícola estão ao alvedrio da selvageria política imposta ao longo dos anos em nosso Brasil. Porém, devemos aproveitar esta oportunidade para elevar a nossa voz, sugerindo organizadamente, na esperança de conquistarmos o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e fraterna.

Participe, pois você fortalecerá a nossa luta em busca de maior valorização profissional, melhorando assim a formação de nosso educando que supostamente oportunizará o desenvolvimento social e econômico de nossos povos.



O ensino agrícola e seus problemas

A cada reforma o ensino agrícola vem sendo desprestigiado. O fato pode ser relacionado a cultura da população e a tradição histórica da evolução agrícola, indiferente ao fator educação como elemento fundamental para o desenvolvimento do setor primário, além da falta de decisão política para se oferecer um ensino de qualidade.

A dizimação das matas, o envenenamento dos rios, o mau uso do solo, as grandes erosões, as perdas das safras agrícolas e a fome dos povos estão relacionadas ao despreparo da sociedade e a falta de uma educação agrícola adequada.

As autoridades vêm dando pouca importância ao setor. É triste a realidade da maioria das escolas agrícolas brasileiras, pois não desenvolvem tecnologias avançadas, os professores estão desatualizado, seus salários são aviltantes, e desanimado res.

O ensino agrícola ainda sobrevive, graças a teimosia de verdadeiros heróis, colegas nossos, que não se conformam com a decadência e a extinção.

Atualmente no Rio Grande do Sul, não há nenhuma universidade formando o profissional para lecionar técnicas agrícolas. As autoridades são insensíveis quanto a criação de um curso regular de licenciatura agrícola nas universidades federais de nosso estado.



Professor Antônio Helvio Ilha
Presidente da AGPTEA

Em pesquisa realizada pela nossa entidade constatou-se que 70% dos professores na ativa, estão com 20 ou 30 anos de profissão, isto significa que dentro de dez anos, o professor de ensino agrícola estará em vias de extinção.

Estamos atentos a todos os problemas que atinjam o sistema de ensino, e se não surgirem medidas concretas, nosso ensino agrícola estará fadado a falência total.

Esperamos atingir a sensibilidade de nossos governantes para a apresentação de um plano agrícola em nosso estado com reflexos positivos na educação do setor primário.

AGPTEA

Associação Gaúcha de Professores
Técnicos de Ensino Agrícola

Fundada em 02/07/69 - Registrada sob o N° 5418 - CGC 9
0027848/0001-05

Utilidade Pública D.O. 20/05/85 Proc. 584-12.00/85 - STAS 11102
Av. André da Rocha, 181/203 - CEP 90050-161 - POA - RS - Brasil
Fone: (051) 225-5748

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Antônio Hélio de Souza Ilha
Vice-Presidente Administrativo
Nedi Almeida Jacodino
Vice-Presidente Educacional
Anselmo Kuhn
Vice-Presidente Financeiro
Nelmo Malta Gutterrez
Secretário Geral
Antônio João Barbosa
Primeiro Secretário
Aldir Antônio Vicente
Tesoureiro Geral
Hilário Luiz Klein
Primeiro Tesoureiro
João Paulo Scaramussa

CONSELHO FISCAL

Jader dos Santos Souza
Rudi Von Saltiel
Heitor Tomé da Rosa

Suplentes
Bento Cláudio Pereira
Wilson Antônio Arruda
Jane Vieira da Cunha

CONSELHO CONSULTIVO
Luiz Calvete Correa
Inácio Gomes Moreira

Diagramação e projeto gráfico
Wilson Arruda Fº e Letiano Ilha

Participe das atividades da AGPTEA em prol do desenvolvimento do ensino agrícola em nosso país.

BASTIDORESVilson Arruda F^o

MOBILIZAÇÃO - A diretoria da AGPTEA, gestão 96/99, traçou o plano de metas para garantir e direcionar as lutas da categoria. A principal luta será um trabalho em conjunto com a CBPEA visando fomentar um curso regular para habilitação de professores do ensino agrícola. Também irá trabalhar junto a SEC realização de cursos de atualização de professores, bem como, em parceria com o Cpers/Sindicato, buscar formas de atuação para melhoria dos baixos salários que estão defasados em mais de 600%.

Tele-corrente acorda Ministro

A Confederação de Professores de Ensino Agrícola (CBPEA), promoverá dia 14 de outubro, das 8 às 18 horas, a grande "tele-corrente" de apelo ao Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, reivindicando cursos de formação de professores para o ensino agrícola.

O presidente da CBPEA, professor Luiz Calvete Corrêa, faz um apelo aos professores de ensino agrícola do País, no sentido de obter uma participação significativa para que todos telefonem para o Ministério da Educação e do Desporto - Telefone: **0800.61.61.61**, (a ligação é gratuita) dizendo:

"Para melhorar o ensino agrícola, são necessários, urgentemente, cursos de formação de professores".

Abimael assume Vice Presidência da CBPEA

Atendendo renúncia do professor Flávio Abreu, vice-presidente da Confederação Brasileira de Professores do Ensino Agrícola, recebida pela diretoria da Entidade no último dia 25 de julho, durante a realização do IV ENEA, o professor Luiz Calvete Correa, atual presidente da CBPEA, indicou à Assembleia de professores o nome do professor Abimael Antunes Marques vice diretor da Escola Agrícola Federal de Cuiabá. Por aclamação unânime, dos presentes o vice presidente foi declarado eleito e empossado no cargo vago.

Desta forma a CBPEA conta com mais uma valiosa colaboração do professor Abimael, cuja participação na Coordenação Geral do IV ENEA evidenciam sua capacidade de trabalho em prol do ensino agrícola, a nível nacional.

Preços agrícolas

O noticiário vem confirmando que a intensa onda de calor verificada no Meio-Oeste dos EUA pode mesmo prejudicar a safra americana deste verão do hemisfério Norte. Isto reacendeu os movimentos de alta do milho, soja e trigo na Bolsa de Chicago. Os técnicos do Banco do Brasil apostam em fortes quedas nos preços do trigo, por volta de novembro e dezembro, quando a colheita estiver acesa no Estado. A Argentina vem aí, no Mercosul, com uma supersafra de 13 milhões de toneladas de trigo.

V ENEA em Pernambuco

Durante a realização do IV Encontro Nacional de Ensino Agrícola - ENEA - na Escola Agro técnica Federal de Cuiabá - MT, a assembléia de professores aprovou a indicação da Escola Agrotécnica Federal de Barreiro, em Pernambuco, para sediar o V ENEA. A representação da Escola, presente ao Encontro, professora Karla Reis Gouveia e o professor José Marcelo Carvalho, juntamente com o professor Pedro Lima Filho do Colégio Agrícola D. Agostinho Ikkas (Codai) de São Lourenço da Mata - PE, manifestaram satisfação pela decisão e prometeram integral apoio à iniciativa.

Ex-secretário da AGPTEA será Diácono

O professor aposentado de ensino agrícola, **Jorge Augusto Pires da Rosa**, será ordenado, Diácono Permanente da Igreja Católica Apostólica Romana, em cerimônia litúrgica presidida por Dom José Clemente Weber, Bispo Auxiliar de Porto Alegre, no próximo dia 13 de outubro, às 19 horas, na Paróquia Divino Mestre - na rua Gonçalves Ledo nº 484 - POA/RS. A CBPEA e a AGPTEA, convidam os colegas e familiares para as solenidades litúrgicas e cumprimentam o colega. Pires lecionou na Escola Canadá, em Viamão.

Municípios serão orientados por Técnicos Agrícolas

O governador Antônio Britto autorizou o secretário da Agricultura e Abastecimento, Cesar Schirmer, a contratar um Técnico Agrícola para cada município gaúcho que ainda não dispõe de um profissional desta área. Todos devem indicar as atividades em janeiro de 97. A autorização foi dada durante a participação do Governador na solenidade de abertura do Forum Rural, promovido pelo Governador do Estado, BRDE e RBS, dia 29 julho do corrente ano, à noite, no Hotel Plaza São Rafael.

O governador Antônio Britto assinou também, durante a solenidade de abertura, um decreto criando a comissão que

vai apresentar propostas que visem a elaboração de políticas permanentes para o setor agropecuário, e a contribuição do Rio Grande do Sul para a formulação de um novo modelo agrícola para o País. Pelo decreto assinado pelo Governador, a comissão terá um prazo de 60 dias para apresentar as propostas a coordenação da Secretaria de Agricultura. A comissão será constituída por três membros indicados pelo Governador do Estado, um pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) e três indicados por entidades representativas da produção primária e do agrobusiness.

MISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO

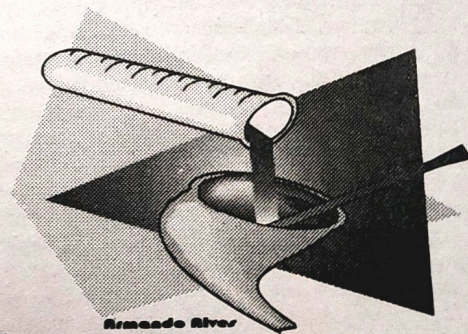
O projeto do governo do estado que propõe a Gestão Democrática da Escola Pública revela, segundo o CPERS/Sindicato, a face autoritária de um governador decidido a avaliar um crime social (mais de 40 mil trabalhadores em educação ganham até R\$ 200,00) pela via da indiferença de quem lava as mãos diante da própria responsabilidade.

Estação Experimental vira Disney Gaudéria

Um projeto audacioso do governo do estado, através da Secretaria Estadual de Cultura, vai transformar a Estação Experimental de Fitotécnica de Aguas Belas, em Viamão, RS, atualmente sucateada, e gerenciada pela Fundação de Pesquisas Agropecuárias (Fepagro) numa Estância Histórica, onde serão revividas as tradições, o folclore e a história do povo gaúcho, numa espécie de Disney World americana. Os tubos de ensaio serão trocados pela cuia do chimarão (bebida típica do gaúcho), as cobaias darão lugar a infra-estrutura do parque, em vez do avental, a bombacha. Os custos do investimento estão estimados em R\$ 1 milhão, sob a responsabilidade da Fundação do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF).

As verbas serão provenientes do governo estadual e federal, ou ainda do estrangeiro.

A decisão do governo sem consultar as lideranças no município, gerou polêmica na comunidade. Os vereadores da cidade são contrários a transformação



da Estação experimental em atividade cultural.

O técnico agrícola Edson Kern, não entende como um estado que vem enfrentando uma crise agrícola desative uma Estação Experimental. Mesmo assim o governo Britto continua com as obras.

PENSE BEM

No Brasil a expectativa de vida é de 67 anos, a grande maioria do povo começa a trabalhar muito cedo. O filho do operário vai para a fábrica aos 12 anos; O filho do agricultor começa a trabalhar na roça aos 5 anos de idade.

SALÁRIO EMERGENCIAL !

A defasagem que tem deixado o magistério completamente sem oxigênio chega a mais de 600%. Os professores reclamam que o governador não cumpre o projeto salarial que o próprio elaborou. Os mestres entendem que não se negocia em cima da constituição. O Governador do Estado está fora-da-lei, em clima de absoluta inconstitucionalidade quando não vem cumprindo o prometido.

SINDICALISMO

Lúcia Camini assume presidência do CPERS/S

Vilson Arruda Fº



Camini critica fortemente a atual política salarial do governo Britto

A pedagoga Lúcia Camini foi empossada presidente do CPERS/Sindicato. A solenidade ocorreu no último dia 9 de agosto. A cerimônia lotou o Salão de Eventos São José, reunindo associados e autoridades. "Nós do movimento por um CPERS/Sindicato combativo e democrático queremos uma sociedade justa, amadurecida sem e sem personalismo" declarou Camini. Na sua primeira investida, reuniu-se com os deputados na Assembléia Legislativa do Estado, conclamando os legisladores para abraçarem a causa do magistério gaúcho. Criticando severamente o Programa de Demissão Voluntária (PDV), implantado pelo governo do estado, a presidente ressaltou que a medida agravou a falta de professores, que já era de 4 mil, antes do seu início. Os salários foi outro problema apon-

tado por Camini. "Como pode um professor resistir sobrevivendo com um piso de R\$ 111,00, acrescidos de R\$ 44,00 de abono?". Ela salientou ainda que o governador Antônio Britto não está cumprindo a promessa de uma gestão democrática da escola pública. "As ordens de serviço, editadas neste governo, retiram os benefícios, como é o caso das licenças-prêmio e unidocência para turmas com menos de 20 alunos", explicou. A presidente denunciou que há casos de recontração de

professores que pediram demissão pelo PDV.

A nova diretoria tem como meta lutar contra os baixos salários que vêm preocupando a categoria. "O foco do problema é que não há uma política favorável aos professores que estão vivendo com um salário de miséria", disse. Mostrando o seu contracheque com valor de R\$ 693,00, para 40 horas, com 18 anos de serviço, Camini aponta o descaso do atual governo com a educação no Rio Grande do Sul.

Mudança no ensino técnico é polêmica

Reportagem Local

Um projeto de lei pode mudar a administração do ensino técnico no Rio Grande do Sul. Ainda neste ano, o governador Antônio Britto decidirá se cria ou não, um órgão para administrar as 14 escolas agrícolas que desenvolvem os cursos de pecuária, agricultura e agropecuária. O ante-projeto que está sendo estudado pelo governo desde o mês de abril, poderá transformar a administração das escolas em uma fundação de direito privado, subsecretaria, autarquia ou uma agência.

O secretário-executivo dos grupos de trabalho pela

reestruturação do ensino, Marim Barboza, enfatizou que "tem a convicção da necessidade de um órgão autônomo, que congregue, em um conselho administrativo, o governo, empregadores e trabalhadores".

Para Barboza, o setor apresenta quatro eixos básicos de problemas a serem sanados urgentemente, como formação de professores técnicos, instalação, equipamentos, adequação ao mercado de trabalho e integração com as comunidades. Este diagnóstico foi observado durante os seis meses de estudo pelos integrantes dos grupos.

O presidente da Associação Gaúcha de Professores Técnicos do Ensino Agrícola - Agptea - Antônio Hélio

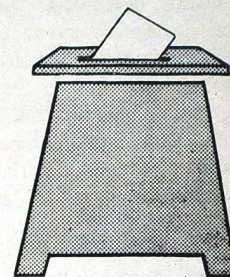
Ilha, disse que apesar da entidade ter sido convidada para fazer parte dos grupos de trabalhos, faltou um maior aprofundamento. "Tudo foi feito muito às pressas, sem uma discussão maior com a sociedade", salientou Ilha.

Os professores da área entendem que vários seminários deveriam ter sido realizados, envolvendo todos os trabalhadores do ensino agrícola e a comunidade escolar.

Ilha salientou que alguma coisa teria que ser feito. "Este mérito não podemos tirar do executivo, porém, um projeto dessa envergadura, precisava de um maior espaço de tempo, para que os interessados e envolvidos pudessem opinar", concluiu.

E agora Brasil!

Clóvis Kappel *



As eleições estão chegando, como todas as outras, e junto as mesmas promessas saúde, educação, transporte, segurança e etc... e logo esquecidas.

A Cepal classifica o ensino brasileiro "francamente insuficiente" para a melhor qualidade de vida e eliminar a pobreza. O Brasil está ao lado da Bolívia, El Salvador, de Honduras e Paraguai que atendem somente entre 23% e 42% das necessidades básicas educacionais. A educação escolar decresceu nos últimos dez anos de forma assustadora. Será isto somente por acaso?

A escola, na sociedade democrática, é um instrumento insubstituível na medida em que possibilita às classes populares, ao terem acesso ao conhecimento sistematizado, participarem mais ativamente do processo político, social, econômico e cultural brasileiro.

Com as informações ao alcance ficaríamos sabendo que a fome é uma criação humana. Dez milhões de crianças de menos de cinco anos morrem de fome anualmente e temos um total de 600 milhões de esfomeados. Esse ritmo de mortalidade é de dez vezes superiores ao do genocídio de judeus durante a segunda guerra mundial. Desgraçadamente, essas crianças fazem parte silenciosa e despretegida.

A pesar do extraordinário avanço científico e tecnológico, a civilização moderna não superou o drama da fome.

Catadores de lixo, mendigos e miseráveis fazendo parte da paisagem de todas as capitais e cidades brasileiras. Toda uma comunidade favelada de Olinda foi intoxicada por um queijo que, em grandes quantidades seus moradores pegaram no depósito de lixo de um clube social. O queijo não prestava para o consumo humano, grupo de que os favelados, talvez, não acreditassem fazer parte. É comum flagrar pessoas retirando restos de comida das lixeiras e levando diretamente para a boca. Em outubro de 92, a Universidade Federal de Pernambuco concluiu uma pesquisa que cau-

sou mais uma soma na demonstração da pobreza brasileira. Nem os ratos suportam a dieta básica do nordestino pobre, formada de feijão, farinha de mandioca, batata-doce e um pouco de charque. Os ratos que receberam esta alimentação ficaram com a cabeça grande e corpo pequeno, pele grossa, sexualmente retardado, magérrimos e morrem prematuramente. No Brasil um terço das famílias vivem em condições de pobreza absoluta. Mantemos um triste recorde: a mais alta taxa de desigualdade do mundo: no Brasil, a metade mais pobre da população fica com menos de 13% da renda nacional, enquanto os 5% mais ricos ficam com 33% da renda.

Em 1974, a FAO concluiu que "... em termos mundiais, a quantidade de alimentos disponíveis é suficiente para proporcionar a todo mundo uma dieta adequada".

Assim, a questão da fome não é discutida de frente; é escamoteada. A fome, a pobreza não é somente um grande problema biológico, é fundamentalmente um sério problema econômico, social, cultural e político.

A existência da fome é a prova da gozação ridícula com muitos pseudos políticos brincam com a sensibilidade brasileira. Governos que não incentivam as Escolas Técnicas Agrícolas, Reforma Agrária em um País essencialmente agrícola, é porque algo vai mal.

Concluo com um pensamento de T.R. Giles: "O processo educativo não é transmissão, tampouco doação, mas participação numa situação concreta desafiadora, de onde brota significação para o educando". Que as eleições venham, mas sem demagogia.

*Professor de História na Escola Estadual de 2º G. Padre Réus - POA - RS

PENSE BEM

Será que exigir dos diretores de escolas mais do que o Tribunal de Contas do Estado cobra dos prefeitos e do próprio Governador não é violência à categoria?

AMEAÇA AOS DIRETORES

A Lei Estadual 10.576/95 (Gestão Democrática) contém uma enorme ilegalidade. O artigo 73, nos parágrafos 5º e 6º, diz que a SEC pode, mediante simples comunicação à Secretaria da Fazenda, retirar do salário do diretor os valores glosados nas prestações de contas e as multas por atrasos na entrega das mesmas. A Lei não prevê um procedimento regular para ampla defesa e justificação.

DIRETORES SEM AUTONOMIA

Os diretores das escolas estaduais estão insatisfeitos com o verdadeiro descabro existente entre a lei da gestão democrática e os fatos. A ausência dos recursos previstos orçamentariamente para a educação impede qualquer possibilidade de autonomia das escolas. Na realidade as verbas trimestrais estão sendo repassadas com valores cada vez menores.

GERAL

ECOLOGIA

Minhocultura: parceria ideal para uma agricultura moderna

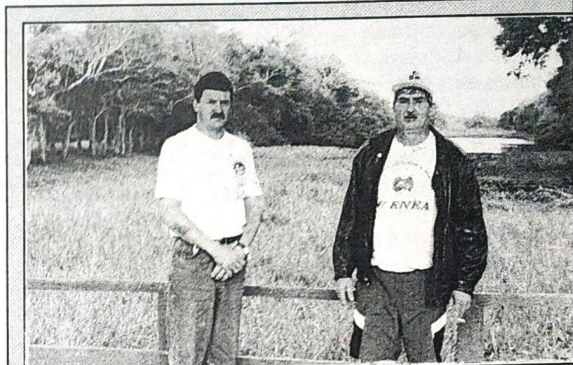
**A cultura da minhoca recupera os solos*

*João P. Scaramussa *
professor na ETA - RS*

As qualidades da minhoca são conhecidas desde Aristóteles, a 300 anos A.C, que as denominavam de intestino da terra e modernamente chamadas de "Operárias do Solo".

Este anelídio hermafrodita representa um aliado importantíssimo na produção e recuperação de solos. Os seus excrementos funcionam como húmus. A transformação e reprodução da matéria orgânica, no solo, é efetuada com maior rapidez, tendo um produto final qualitativamente superior. Isto confere a vermi compostagem um estatuto elevado. Testes de campo conferem que os excrementos da minhoca garantem a cultura adubada um equilíbrio nutricional perfeito.

Podemos apontar vários benefícios proporcionados pela minhoca ao solo, como citaremos



/Scaramussa (E) e Biavatti (D) foram à Cuiabá participar do IV ENEA, no último mês de julho

alguns:

- Elevação do pH do solo.
- Produção de enzimas essenciais as plantas.
- Elevação da capacidade de troca catiônica
- Maior absorção da água da chuva.
- Melhoria significativa da estrutura do solo (forma ção estáveis de húmus).
- Aberturas de canais do solo para arejamento e ar mazenamento da água diminuindo os efeitos da erosão.
- O alto valor proteico da minhoca propicia complemento alimentar in-naturo ou em forma de farinha para ani-

mais ou homem.

Sem sombra de dúvidas a concientização ecológica da sociedade tem servido para estimular práticas agrícolas alternativas diminuindo a agressão ao meio ambiente e ao mesmo tempo proporcionando ao agricultor menor dependência externas e produzindo alimentos com maior equilíbrio nutricional.

A minhocultura é uma prática simples e barata, que utiliza qualquer resto orgânico, inclusive lixo domiciliar, sendo este o grande vilão num futuro bastante próximo, basta vontade, principalmente dos nossos políticos.

Reforma Agrária ficou no discurso

O agravamento das adversidades para os agricultores vai fazer com que a alimentação não chegue na mesa dos brasileiros. Os produtores estão preocupados e revoltados com a concentração de 300 milhões de hectares que estão nas mãos de 300 mil proprietários, que representam 7% do setor primário do País. Estes proprietários, concentram 75% da área de produção, empregando cinco milhões de pessoas, que correspondem a 20% da mão-de-obra, segundo informa relatório da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Os pequenos agricultores, ao contrário, são 6 milhões e 500 mil proprietários, representando 92,86% das propriedades e ocupam 100 milhões de hectares, cabendo a cada um, em média, uma área de 15,39 hectares, 5% do total da área. Eles geram 80% de emprego no meio rural, atingindo 20 milhões de pessoas.

No Rio Grande do Sul, dos 24 milhões de hectares agricultáveis, apenas 25% pertencem aos 430 mil pequenos proprietários. São 6 milhões de hectares divididos, em média 14 ha para cada proprietário. Os 18 milhões restantes estão nas mãos de 70 mil proprietários, representando 75% da área total.

Bases curriculares nas escolas agrícolas

*Nelmo Guterres**



Nelmo: as bases devem exprimir a realidade

As bases curriculares das escolas agrícolas, devem exprimir a realidade do currículo desenvolvido.

Com a chegada de uma nova Lei de Diretrizes e Bases e a redefinição da Educação Profissional através do projeto de lei, devemos estar atentos para que não ocorra o que aconteceu com o advento da Lei 5692/71.

O Parecer 45/72 do CFE, ao mostrar uma "luz" na confusão gerada com a implantação desta Lei, estabeleceu um *mínimo de matérias* a serem adotadas nas habilitações de Agricultura, Pecuária e Agropecuária. Agarrados a esta "luz" ficamos com os mínimos, e grades curriculares idênticas foram estabelecidas de norte a sul do País, o mesmo ocorrendo em nosso Estado, embora nas comunidades escolares se praticasse um tratamento diferenciado nas matérias trabalhadas como disciplinas. Não damos conta de que o parecer estabeleceu foram os mínimos de *matéria* e, que a forma de tratar (áreas de estudo, atividades ou disciplinas) deveria ser determinado pelo Escola.

Creemos que o acontecido trouxe grandes prejuízos à qualidade do Ensino, ministrado nas escolas agrícolas e nas demais escolas técnicas. Para melhor entendimento *reportamo-nos à matéria Ciências Físicas e Biológicas que era trabalhada na forma de disciplina (Física, Química e Biologia) e assim todas as matérias técnicas.*

Houve casos em que chegava-se a fazer mini conselhos de uma matéria composta de cinco disciplinas para se estabelecer um conceito ou nota desta, tratada como disciplina única, no momento da avaliação. Nestas matérias, se o aluno não gostasse de uma determinada disciplina (conteúdo?), poderia deixá-la "de lado", pois a média das restantes o aprovariam.

Suponhamos que uma dessas "abandonadas" fosse Defesa Sanitária Vegetal. É sabido que o técnico agrícola com a regulamentação da profissão, pode prescrever o *receituário agrônomo*, sem os conhecimentos que para tanto devem estar inseridos nos conteúdos desta devem estar inseridos nos conteúdos desta disciplina, a quem caberia esta responsabilidade?

Parece-nos que as Escolas Federais de acordo com o projeto de lei sobre a Educação Profissional e a organização de sua rede, ao darem uma conotação de *módulo* (cursos serão estruturados, sobre a forma de módulos -propõe o projeto à disciplina) estarão sanando as inconvinências errôneas às leis anteriores.

Ao finalizar entendemos que os Conselhos de Educação (Nacional e Estaduais) devem ter a preocupação de estabelecer as matérias, cabendo às comunidades escolares o estabelecimento das disciplinas, áreas de estudo ou atividades. Entendemos que todos os conteúdos ministrados em dois períodos semanais durante um ano, ou mesmo em um semestre letivo e que tenham tratamento didático e pedagógico de disciplina, assim sejam considerados, respeitando a liberdade da escola de estabelecer o seu currículo pleno.

** Professor na Escola Técnica de Agricultura de Viamão -RS.*

DINHEIRO DO GATILHO...

Os números mostram a verdade: se em 1995, primeiro ano do governo Britto, foram pagos R\$ 1.052.057.522 para amortização da dívida pública (dados do Orçamento Estadual), para este ano estão previstos gastos da ordem de R\$ 1.500.000.000,00. Ou seja, cresceram os números da dívida pública, numa absurda cifra de R\$ 6.000.000,00 ao dia.

PENSE BEM

A imposição da SEC aumentou a carga horária dos professores em mais duas horas semanais. Assim os professores têm, segundo o estabelecido pela secretaria, a obrigação de dar mais aulas e pensá-las menos.

...VAI PARA OS BANQUEIROS

Com essa verba, basta fazer o cálculo. Seriam necessários apenas dez dias dos juros da dívida para pagar os 10% do gatilho dos professores o ano inteiro. Em números, estes valores chegariam a R\$ 60.000.000,00 de juros (em 10 dias), contra R\$ 60.749.746,00 do gatilho (em 12 meses). A arrecadação não é problema. O que impede o magistério de receber é a incoerência desumana e burocrática do governo, em pagar a dívida pública.

Escola Agrícola de Guaporé sediará encontro Sulbrasileiro

/Histórico da Escola relata as modificações que a Instituição Agrícola passou através dos anos

Ao longo dos seus 34 anos de existência, a atual Escola Estadual de 2º Grau Guaporé, teve várias denominações, e sofreu algumas transformações, das quais salientamos as mais relevantes:

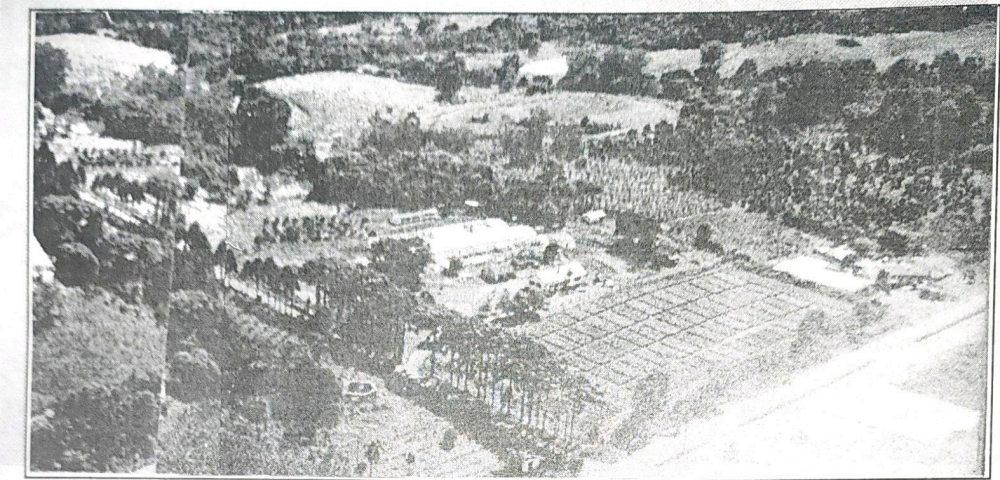
No dia 18 de setembro de 1959, foi decretada a criação da Escola Técnica Rural de Guaporé e a construção do primeiro prédio, teve início em 1960.

A inauguração da Escola ocorreu no dia 20 de maio de 1962, e contava com três professores, 22 alunos e funcionava apenas com a 1ª série de Aprendizagem Agrícola. No ano seguinte, 1963, funcionou também a 2ª série, com um total de 08 professores e 35 alunos. Até o ano 1967, a Escola funcionou apenas com a 1ª e a 2ª série, e os alunos, eram então, enviados a Via-mão ou Porto Alegre para a complementação do Curso Ginásial.

Em 30 de janeiro de 1967, a Escola passou a denominar-se Ginásio Agrícola Dulphe Pinheiro Machado e foi possível, neste ano, com a construção de um novo prédio, o funcionamento das 3ª e 4ª série do Curso Ginásial.

Em 1967 foi completo o quadro de professores e concedida a autorização de funcionamento do Curso Ginásial e aprovado o Regimento Interno.

No ano de 1973, foi concedida a autorização para oferecer, em regime de intercomplementaridade com a Escola Normal Bandeirante.

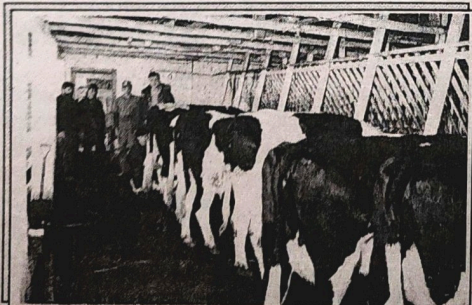


/Vista área da Escola Estadual de 2º Grau Guaporé, onde aparece os prédios e os setores de produção

rante aos alunos da mesma, parte da Formação Especial relativa às habilitações de Agropecuária, Auxiliar de Forragens e Rações.

Em 1974, foi constituído o Centro de Formação Especial de 2º Grau Dulphe Pinheiro Machado e aprovado o seu Regimento Interno, funcionando em intercomplementaridade com a Escola Normal Bandeirante.

Em 1975 iniciou o funcionamento do 2º Grau oferecendo habilitação de técnico em Agropecuário e o atendimento das 7ª a 8ª séries das Escolas Frei Caneca a maturação da 1ª turma



/Professores e alunos numa aula prática de ordenha no setor de gado de leite.

de Agropecuária.

Em 1980 aconteceu a extinção do Ginásio Agrícola Dulphe Pinheiro Machado, do Centro de Formação Especial de 2º Grau e a criação do Centro Interescolar de 1º e 2º Graus em Guaporé, cujo decreto de criação saiu no dia 13 de maio de 1981.

Em 30 de dezembro de 1986, através do parecer do CEEN nº 1117/86 foi extinto o Centro Interescolar Estadual de 1º e 2º Graus Balduino Orlando Moras suti e criada a Escola Estadual de Guaporé.

Em 26 de março de 1987, através do Decreto N° 32520 foi extinto o

Centro de Interescolar Estadual de 1º e 2º Graus Balduino Orlando Moras suti e pelo Decreto N° 32 de 26 de março de 1987 é criada a Escola Estadual de 2º Grau Guaporé.

Em 24 de abril, através do parecer do CEE nº 463/87, concede autorização para o funcionamento da Escola Estadual de 2º Grau Guaporé com habilitação de Técnico em Agropecuária.

Em 23 de março de 1988, pela portaria nº e do Parecer nº 103/88 da URE é autorizado o funcionamento da Escola Estadual de 2º Grau Guaporé, em Guaporé.

A Escola Estadual de 2º Grau Guaporé, popularmente conhecida por Colégio Agrícola, teve como idealizadores o referendo Padre Mário Bionchi, o Dr. Paulo Schinini e o Dr. Adolfo Moser.

Em 20 de maio do corrente ano, completaram-se 34 anos de atividades desta Escola, formando técnicos para a comunidade guaporense, para o do Rio Grande do

Sul e para outros estados do país.

Com a habilitação de técnico em Agropecuária, em nível de 2º Grau, a Escola possui dois grandes Setores: o de Criação e Culturas.

Compõem os Setores de Criações: um plantel de gado leiteiro e de corte, aves de corte e pos-

tura, suínos, coelhos, abelhas e as áreas de pastagem nativas e cultivadas.

Compõem os Setores de Culturas: a horta, os pomares, o viveiro de mudas, a reserva florestal, área de silvicultura, a estação experimental e as lavouras.

Esta é a única das Escolas Agrícolas Estaduais que possui Cooperativa-Escola legalizada.

A Escola Estadual de 2º Grau Guaporé tem como Diretor, atualmente, o Prof. Moacir Ari Giretta e conta com um quadro de pessoal formado por 24 professores, 11 funcionários e 148 alunos, dos quais são 118 são internos e 30 são semi-internos.

O critério de seleção dos alunos para o internato é a entrevista, que é realizada com os candidatos, após terem visitado todos os setores da escola.



/Os alunos acompanhados pelo professor recebem conteúdos pedagógicos e práticos



A escola integrada com a atividade de plasticultura, mantém uma estufa para cultivo olerícolas

ACORDA MINISTRO

**NÃO FIQUE DESLIGADO
LIGUE PARA O MINISTRO
DIA 14 DE OUTUBRO**

FONE: 0800.61.61.61 (ligações gratuitas)

PENSE BEM

Para melhorar o ensino agrícola, são necessários, urgentemente, cursos de formação de professores.

Também melhores salários e mais verbas para a educação.

PARTICEPE DA AGPTEA

**CATEGORIA FORTE.
TEM PROFESSOR FORTE.
PARTICIPE.**

**VENHA SE ASSOCIAR A AGPTEA.
APOSENTADO TAMBÉM PODE SE ASSOCIAR**

Ensino agrícola - decadência em alta

Luiz Calvete Corrêa*

O surgimento do ensino agrícola no Rio Grande do Sul, data de 1909, com a criação do Instituto de Agronomia e Veterinária, pela Lei nº 93, de 27 de novembro, reconhecido pelo Decreto Federal nº 8.516, de 11 de janeiro de 1911, como Escola Média constituída de quatro cursos, entre os quais o de capatazes rurais.

O primeiro instrumento legal que estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino agrícola destinado à preparação profissional do trabalhador na agricultura, foi o decreto Lei Federal nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.

O ensino agrícola, na época, tinha por objetivo a formação de profissionais mais aptos às diferentes modalidades do trabalho agrícola, através de cursos regulares de formação, continuação e aperfeiçoamento.

Os referidos cursos atendiam precariamente às diferentes faixas etárias e estendiam sua influência aos jovens e adultos, procurando dar maior eficiência e produtividade no trabalho.

Posteriormente, em 12 de março de 1953, foi promulgada a Lei Federal, nº 1.821, que determinou o regime de equivalência entre os diversos cursos de grau médio; esse ato legal contribuiu bastante para que o ensino agrícola tomasse novos rumos, permitindo aos egressos dos cursos técnicos a ascensão a outros cursos profissionais de nível superior e não só Agronomia e Veterinária, como até então.

Administrativamente, as escolas agrícolas da rede escolar Federal, estavam subordinadas à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura - SEAV/MA, tendo, por força do estabelecido na Lei Federal 4.024/61, passado para a esfera do Ministério da Educação e Cultura; esta transferência foi concretizada pelo Decreto Lei Federal nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Reforma Administrativa.

Em 1961, a Lei Federal



Professor Calvete analisa aspectos do ensino agrícola

nº 4.024, de 20 de dezembro, que "Fixa as Diretrizes da Educação Nacional - LDB", de nova estrutura ao ensino agrícola, transformando os cursos agrícolas em cursos colegiais agrícolas; esse mesmo instrumento legal criou o curso ginasial agrícola, absorvendo os cursos de iniciação (aprendizagem) e mestria agrícola.

O ensino agrícola, ministrado em Escolas Agrotécnicas, tornou-se parte integrante do ensino técnico que, concorria, no ensino médio, com os cursos "Científico e Clássico". Estes com o objetivo de preparar para os cursos superiores das áreas de ciências exatas e humanas, respectivamente.

Sob o aspecto da formação profissional, a LDB (4.024/61) é bastante genérica. É o que observamos no texto do art.33: "A educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária, destina-se à formação do adolescente".

Já o art. 46, no seu parágrafo determina que a terceira série do ciclo colegial "vise ao preparo dos alunos para os cursos superiores". Fora o capítulo III, do Título VII, tudo que na LDB se referia ao ensino profissional era de forma bastante implícita e vaga, mantendo sempre uma certa preocupação no sentido de que não faltassem as disciplinas de formação geral.

Com o advento da lei Federal 5.692, de 11 de agosto de 1971 que "Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de primeiro e Segundo Graus, e dá outras

Providências", o ensino agrícola vem integrar uma área de conhecimento profissionalizante de todo ensino de 2º grau, voltada para o setor primário da economia.

As escolas agrícolas da rede Estadual, estiveram até 1944 subordinadas a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, quando então, passaram para a Superintendência do Ensino Profissional, recém criada na Secretaria de Educação e Cultura do mesmo Estado.

"O ensino agrícola foi se ocultando"

Em 1959, foi criada a Subsecretaria do Ensino Técnico na Secretaria de Educação e Cultura do Estado, desdobrada em Superintendência para o ensino industrial, comercial e agrícola, cabendo a esta última os encargos administrativos das escolas agrícolas de 1º ciclo - iniciação e mestria agrícola (nível ginasial) e 2º ciclo - Técnico Agrícola (nível colegial).

Posteriormente, num toque de mágica, estas superintendências desapareceram, assim como foi se ocultando o ensino agrícola que, agora, ressurgiu no cenário da Secretaria Estadual de Educação - SEC - numa Coordenação de Ensino Técnico, subordinada à Divisão de Ensino de 2º Grau.

No âmbito Federal o en-

sino agrícola está subordinado à Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação e do Desporto, que administra 13 Escolas Agrotécnicas, sendo quatro no Rio Grande do Sul.

Nesta visão histórica superficial do ensino agrícola é que nos detivemos numa análise do Projeto de lei 1.603/96 que "Dispõe sobre a Educação Profissional, a organização da Rede Federal de Educação, e da outras providências".

Com escusas pelo chavão, na realidade parece que "a carteira está andando na frente dos bois", pois, primeiro surge a lei regulamentadora e, posteriormente, são fixadas as diretrizes e bases legais para esse instrumento legal.

Justamente agora, quando aguardamos, a todo momento, a aprovação pelo Congresso Nacional, da "Nova LDB", surgem propostas de mudanças no ensino agrícola, através do Projeto de lei 1.603/96. Mudanças legais porque, na realidade, nada de novo estabelece que já não esteja consagrado na lei 5.692/71. Vejamos:

1. Formação de profissionais aptos a exercerem atividades específicas de técnico de nível médio.
2. Articulação com o ensino regular.
3. Educação continuada, na escola e no trabalho.
4. Qualificação profissional, independente de escolaridade.
5. Habilitação de Técnico concomitante ou sequencial.
6. Articulação com o 3º grau.
7. Educação não formal/qualificação para o trabalho.
8. Qualificação e habilitação profissional, nas escolas e trabalho.
9. Certificado de qualificação profissional.
10. Ensino Técnico ministrado em Instituições Públicas Federais, Estaduais, Municipais ou Privadas.
11. Ensino Técnico com validade nacional.
12. Currículo por competências.
13. Ensino Técnico estrutura do sob a forma de módulos.
14. Supletivo profissionalizante.
15. Necessidade de professores habilitados.

Deixamos de fazer referência à Educação Profissional de Nível Tecnológico, prevista no art. 17 e seguintes do projeto Lei 1.603/96 por tratar-se de Ensino Superior a ser ministra-

do em Centros Federais de Educação Tecnológico.

Melhor seria, para evitar a formação de um profissional (tecnólogo) intermediário entre o técnico de 2º Grau e o de Nível Superior, sem atribuições definidas e sem profissões regulamentadas, implantar nas escolas agrotécnicas, após o 2º grau, o 4º ano com aplicação do disposto no artigo 23, letra "b" da Lei 5.692/71.

"Uma luz negra ofusca o ensino agrícola"

Cabe, ainda, uma observação, como alerta, ao disposto no art. 22, do Projeto de lei, no sentido de que as Escolas Agrotécnicas Federais "... poderão oferecer Ensino Médio de caráter não profissionalizante, desde que as vagas não ultrapassem a metade das atualmente oferecidas para os cursos técnicos regulares".

Neste particular, parece que, no fundo do túnel, surge uma "luz negra" para ofuscar o ensino agrícola, com vistas a uma educação média que poderá absorver o ensino agrícola nas próprias escolas Agrotécnicas.

Trata-se de mais uma lei para não ser cumprida, haja visto que o próprio MEC, desconhece os arts. 30 e 34 da Lei 5.692/71, no que se refere a formação profissional para o exercício do magistério.

Art. 30 - "Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: c) em todo ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena".

Art. 34 - "A admissão de professores e especialistas no ensino oficial de 1º e 2º graus far-se-á por concurso público de provas e títulos, obedecidas para inscrição as exigências de formação constante desta Lei".

*Presidente da Confederação Brasileira Professores do Ensino Agrícola



Data Center Informática e Datilografia

Cursos profissionalizantes de informática e computação gráfica

Rua: Dr. Flores, 234, 1º andar - Porto Alegre - RS - Brasil - Fone: 226-4525

Parceria: anúncio trocado por serviço



CULTURA

Os gaúchos no IV ENEA

Letra: Dauri Vaghetti
Música: Marcos Martins



/Kujuntinho: Dauri (E), Marcos e Antônio Ilha (D), animaram com as cantigas os participantes do IV ENEA.

Os gaúchos se preparam para uma excursão. Nas trouxas, roupas de inverno e também pra calorão, pois se comenta que o inverno no Centro-Oeste é verão.

É o ponto de partida a cidade de Viamão, a espera é ansiosa, até chegar a condução. Foi escolhido o ônibus, ninguém gosta de avião.

O pessoal foi embarcando, Era aquela euforia. Uns gritavam, outros pulavam, uns choravam e outros riem. Era grande a emoção, esperando o que viria.

O chefe da excursão, num discurso comovente. Dizia pra gauchada, todo alegre, sorridente: Roncar e peidar na Viagem é proibido minha gente!

No início desta excursão, que começou de mansinho, se reuniram uns artistas para cantar um pouquinho, aí surgiu de repente, o Grupo do Kujuntinho.

A viagem continuava, a turma já foi censando. Uns se esfregavam no banco, outros iam reclamando: -Eu não consigo dormir, tem um cara aí roncando.

Uns queixavam-se da coluna, diziam que estava doendo. E o Kujuntinho tocava pra todos irem se entretendo. Enquanto outro gritava, -Minha homorróida tá doendo.

E a viagem ia tranquila. Uma paz bem merecida. Uns pensavam na chegada, outros pensavam na vida. Enquanto outro reclamava: Estou com a bunda dolorida!

Preocupados com a distância. Fez-se a primeira parada. Não se atucanem parceiros tá terminando a empreitada. Quinhentos mil metros andamos, mais dois mi-

lhões é barbada.

Mas gaúchos se aperta e dá conta do recado. Uns faziam cantando, outro ia contrariando: -Já estou com a bunda quadrada de tanto ficar sentado.

Perguntavam ao motorista, -Falta muito companheiro? E o motorista respondia: -Não enche o saco parceiro. Eu até já me perdi, isto aqui tá intreveiro.

Motorista atucanado, -Por favor me dê um amargo! Andava em volta dos trevos, de tão brabo fico gago. De repente se deu conta, tava voltando pro pago.

Quando acertamos o rumo, chegamos ao Paraná, nós passamos uma balça grandona de arrepia, tinha mais de cem carretas em cima pra transportar.

Depois de muita andança, chegamos ao Mato Grosso. Era um calorão danado. Virge-Maria, seumçoço! Precisamos nos lavar das virilhas até pescoso.

No momento da chegada ninguém mais se entendia. Era grande a confusão que o gaúcho se metia, não sei como onze horas é o mesmo que meio-dia!

Mas graças a Deus chegamos, Centro-oeste encantos mil. Fomos logo recebidos por um povo bem gentil. Mato Grosso, beleza pura de

nosso imenso Brasil!

Professores de uma escola nos fez a recepção. Esta Escola Federal, que grande organização! Situada em Cuiabá, Linda terra desta Nação!

Logo após o desembarque, fomos bem acomodados. Todos os apartamentos foram identificados: "As Pombinhas", "As Andorinhas", e o Grupo dos "Tarados".

Tinha o "Asilo dos Velhos" que eram os mais assanhados. Também tinha "Os cuião Roxo" estes, os mais respeitados, sendo "A Gaiola das Loucas" os mais bem organizados.

Víamos ao IV ENEA discutir educação, debater Ensino Agrícola, o país, a salvação! O Encontro foi um sucesso, valeu sua promoção.

Nossa estada em Cuiabá foi alegre e divertida. Nossa música cantamos, Amigo é o maior tesouro que se guarda desta vida!

Um dia jantamos fora, num tal hotel Águas Quente! Todo mundo se banhava que coisa linda vivente! Dizem que aquela água dá uma tesão na gente!

Já se formou um forró, com muita animação, aí entrou o Kujuntinho pra um apresentação. Foi um sucesso danado, nin-

guém ficou no salão! No intervalo das palestras, turismo pra gauchada! Visitamos Cuiabá, fomos também na Chapada e visitamos uma ponte que não servia para nada.

Seguimos outro caminho, uma visita ao Pantanal, como é linda a natureza neste lugar especial, era bicho para todo lado, na água e no lodaçal.

Um gaúcho pegou pelo rabo um jacaré, o bixo se alvorçou ficou com a cabeça em pé. O gaudério que era macho quase virou mulher.

Nesta viagem baguala até ponte foi consertada, pra chegar num lugarejo, de beleza afamada. Fomos visitar Bonito. De bonito eu não ví nada!

O humor da gauchada de vez em quando mudava. No intervalo das cantigas a gauderiada peleava. Mas logo se entendiam e a excursão continuava.

Foi no meio do Serrado que a coisa se complicou. Se ouviu um barulhão, muito índio se borrou. De sorte não era nada, foi um pneu que furou!

E a andaça continuava, saía do vale entrava a serra, e o gaúcho professor muito bravo e de guerra, de turista, comparado ao movimento Sem Terra!

Os experientes turistas iam

tocando para frente. Uns reclamavam de fome, outros de um banho quente. Enquanto um outro gritava: -Preciso ir na patente!

Todo mundo atucanado. Ninguém ia se entendendo. Quando o ônibus parava saía tudo correndo, alguns conseguiram banho, outros saíram fedendo!

Teve uma irmanzinha, que na excursão entrou freira, mas tirou o hábito na chapada pra um banho de cachoeira! Depois ficou liberada ao pegar na macacheira!

Cada trevo que chegava, era um perigo danado! Gauchada olhava o Trevo, já ficava preocupado, pois perdemos um dia e meio de tanto rumo errado!

Foi por essa confusão, que uma atitude foi tomada. Rasgaremos "todo o mapa", placas serão retiradas. Chegamos a conclusão: - Isso não serve pra nada.

E assim foi terminando, essa excursão baguala. Passamos calor e frio e fome até nem se fala. Mas para o próximo encontro já estou preparando a mala.

Dois amigos cultivamos, profissionais com destreza. Agradecemos os Motoristas desta conceituada Empresa. Competência não se compra. Se adquire com certeza!

Foi tudo bem divertido, companherada de fé! Nos acharemos de novo no Encontro em Guaporé, e depois em Pernambuco. Se o Pai do céu quiser.

Nós todos reconhecemos a grande organização CBPEA e AGPTEA exemplo de União! Congrega o Ensino Agrícola de todo a nossa Nação.

E a Deus agradecemos a viagem e a estadia. O bom Pai nos acompanhe toda noite e todo dia, que estejam sempre conosco: Jesus e a Virgem Maria.

Apicultores

Pela primeira vez, a Associação Gaúcha dos Apicultores (AGA) esteve expondo na Expointer o trabalho dos produtores da chamada Linha Abelha.

Arrozeiros

Os produtores de arroz do Rio Grande do Sul estão preocupados com a política agrícola do País, porque o governo federal não providencia soluções para a lavoura orizícola do Estado.

As principais reivindicações são: o recálculo das dívidas dos produtores que securitiza ram seus débitos e o refinanciamento deste ano junto ao Banco do Brasil. Os lavoreiros gaúchos devem cerca de R\$ 2,2 milhões. Desse total, R\$ 1 bilhão foi refinanciado.

Censo agrícola

O IBGE está trabalhando para agilizar os recenseamentos agropecuário e demográfico. Os recenseadores vem enfrentando dificuldades para fazer entrevistas na zona rural do Estado, principalmente nas propriedades em que os produtores estão inadimplentes com o Banco do Brasil. O término do Censo está previsto para 31 de outubro deste ano.

Ovinos

Entidades gaúchas ligadas a produção ovina, lançaram na Expointer, ação para aumentar a oferta da carne de cordeiro em 96%. Os técnicos entendem que com o aumento da natalidade e a redução da mortalidade a produção chegará, em 1999, a 15,42 mil ton de carne de cordeiro.

ALERTA ... EMERGÊNCIA

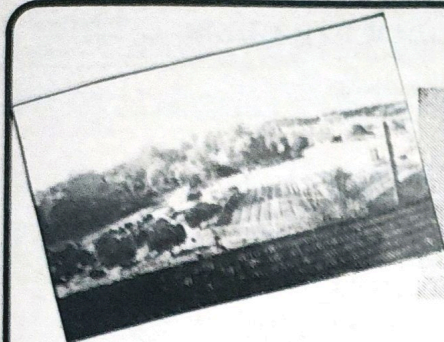
A multinacional, Monsanto do Brasil, do setor de defensivos agrícolas, está colocando a disposição do setor primário, o telefone de emergência 0800-141977. Através deste número, os usuários dos defensivos agrícolas poderão receber informações de como solucionar eventuais acidentes relacionados à área ambiental ou intoxicação com produtos químicos.

PENSE BEM

O meio rural abriga 36 milhões de pessoas e tem uma população pobre estimada em 20 milhões. Será que a reforma agrária vai continuar no papel?

LIGUE PARA O MINISTRO

NÃO ESQUEÇA.
LIGUE PARA O MINISTRO DA EDUCAÇÃO.
LEMBRE O SEU COLEGA. DIA 14/10
FONE: 0800.61.61.61 (GRÁTIS)



I - ESBEA

I ENCONTRO SULBRASILEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA

XI ENCONTRO ESTADUAL DE ENSINO AGRÍCOLA



TEMAS

As Reformas No Ensino Agrícola.

Agricultura e Ambiente.

LOCAL

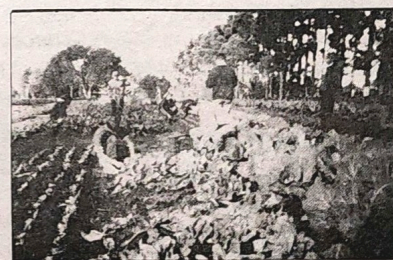
Escola Agrícola da Cidade de Guaporé

AV. SILVIO SANSON, S/Nº - CEP 99200-000 - GUAPORÉ - RS - TELEFONE: (054) 443-1604

DATA

09 a 11 de outubro de 1996

PROMOÇÃO

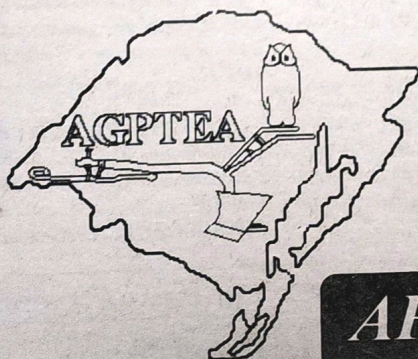


ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROFESSORES TÉCNICOS DE ENSINO AGRÍCOLA

AGPTEA

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PROFESSORES DE ENSINO AGRÍCOLA

CBPEA



APOIO

CARTAS

Demissão

O vice-presidente da Confederação Brasileira de professores do Ensino Agrícola (CBPEA), Flávio Souza pediu demissão do cargo. O ofício remetido a entidade transcrevemos a seguir:

Ao presidente da CBPEA, professor Luiz Calvete.

Ao cumprimentá-lo, solicito a Vossa Senhoria gestões indispensáveis no sentido de oportunizar-me exoneração do cargo de Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Professores do Ensino Agrícola.

O referido pedido fundamenta-se em não ter tido disponibilidade de tempo para exercer o referido mandato com a dedicação que o mesmo requer.

Na oportunidade sugiro que seja aproveitado o IV ENEA para eleger um outro ocupante para o cargo retromencionado.

Por motivos particulares não poderei participar do IV ENEA, mas desejo sucesso colocando-me à disposição de Vossa Senhoria para contribuir no engrandecimento do Ensino Agrícola do nosso país.

Atenciosamente

PROF. FLÁVIO ABREU DE SOUZA

Reajuste

Os funcionários públicos estaduais têm direito a 10% de reposição salarial que ainda não foram pagos. Considerando a inflação de 1% ao mês, o reajuste é reduzido a 9%. Do saldo, descontam a contribuição do IPE. Em dezembro, começará o desconto de 0,20% da inconstitucional contribuição do CPMF.

Será que sobrar dinheiro para quitarmos nossos compromissos?

JOSÉ DIRCEU SOUZA

FUNCIONÁRIO PÚBLICO - POA

Crise na agricultura

A crise na agricultura brasileira vem de longa data por falta de uma política para o setor. Todos os governos foram omissos e incompetentes, agravando dia-a-dia a situação do homem do campo que produz alimentos. A solução é diminuir os pesados impostos que pesam sobre os agricultores.

CAMILO ZORNITTA

POA - RS

ALERTA ... EMERGÊNCIA

A multinacional, Monsanto do Brasil, do setor de defensivos agrícolas, está colocando a disposição do setor primário, o telefone de emergência 0800-141977. Através deste número, os usuários dos defensivos agrícolas poderão receber informações de como solucionar eventuais acidentes relacionados à área ambiental ou intoxicação com produtos químicos.



Faltam critérios

Prezados colegas da Agptea Venho até vocês, por meio desta, para solicitar informações sobre o que segue:

Em janeiro/96 fiz concurso para o magistério, técnicas agrícolas, no qual fui aprovado. Existiam vagas para meu município, e somente eu consegui aprovação, nessa área. Agora, quanto a ser nomeado, a resposta fornecida é de que não existe mais as vagas. E ninguém sabe informar nada sobre nomeações.

O interessante é que no colégio onde trabalho existem dois professores com contratos emergenciais num total de 70 horas, atuando na área para a qual prestei o concurso, um deles, inclusive, sem titulação específica para o magistério. Além disso, mais um professor com uma convocação para mais 20 horas também nessa área.

Gostaria de saber o seguinte: uma vez que a cada ano esses contratos vêm sendo renovados, terei oportunidade de um dia ser nomeado? mediante essa situação, como deverei, proceder para solicitar minha nomeação?

Meu interesse por mais 20 horas, é porque com nossos salários atuais, não temos mais condições de sobreviver.

Certo de contar com a resposta de vocês desde já, agradece.

Um abraço

DIRCEU LUIZ PILLOTTO.

BOM PROGRESSO - RS

***Assessoria de imprensa da Agptea, responde:**

Prezado professor estamos encaminhando formalmente a sua denúncia a SEC para que o Departamento de Recursos Humanos tome providências. Estaremos também fazendo pressão para que o governo do estado, pelo menos cumpra o prometido na campanha. Estamos enviando correspondência.

Roteiro para organizar eventos

Estamos publicando um roteiro de como organizar Eventos. Acreditamos que tanto as Associações Estaduais de professores, quanto as Escolas Técnicas poderão utilizar esta sugestão e melhor qualificar os Encontros a serem realizados.

Sugerimos que cada item seja designado um responsável para executar a atividade.

NOME DO EVENTO:

Período de realização; Local; Órgão promotor.

ATIVIDADES:

1 - **Convites:** confecção, redação de ofícios, datilografia de envelopes e ofícios, expedição.

2 - **Auditórios/salas de trabalho:** reservas, locomoção de cadeiras, definição de layout, som microfones, música-ambiente, indicações de locais e indicação de grupos.

3 - **Recursos didáticos:** retroprojeter, projetor de slides, gravações, pincel atômico e folhas de flipchart.

4 - **Recepção:** a autoridades e palestrantes, cerimonial, imprensa e stands.

5 - **Textos:** elaboração, reprodução e distribuição.

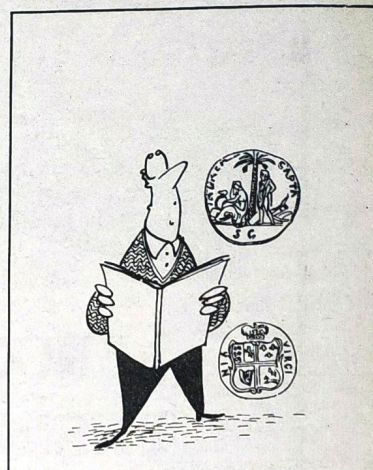
6 - **Efetividade e assuidade:** confecção da folha de frequência, reprodução/impressão, distribuição e recolhimento.

7 - **Atestados e certificados:** confecção de atestado de frequência, confecção de certificado, reprodução e impressão. atestados de palestrante/painelista (diferenciados dos demais) e cartões de agradecimento.

8 - **Pastas:** doação/aquisição, identificação da capa, preparação da pasta e subsídios e transporte das pastas.

9 - **Crachá:** confecção, reprodução, recortes.

10 - **Secretaria do evento:** credenciamento, distribuição de pastas e textos,



folhas de frequência, folhas de atestados, folhas de avaliação.

11 - **Alimentação:** almoço, cafezinho, chá, bombonier e mineral (mesa oficial).

12 - **Atividade artístico/cultural:** programação cultural, programação artística, atividade de integração dos participantes.

13 - **Finanças:** autorização de despesas, autorização de diárias e autorização de passagens.

14 - **Transporte:** veículos para verificar o local, veículo para transportar/material e veículo à disposição (plantão).

15 - **Programação:** validação da programação, confecção e datilografia, tiragem e distribuição e objetivos.

16 - **Avaliação:** confecção da ficha, validação da ficha, distribuição e tratamento dos dados.

17 - **Relatório:** decodificação de gravações, confecção do relatório, encaminhamentos e distribuição.

OBS: Não esquecer, na solenidade de abertura, o hasteamento dos pavilhões e o hino nacional. Durante o período do evento os pavilhões deverão estar presentes na local do evento.

Prestação de contas do IV ENEA

Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá - MT

1- RECEITAS:

1.1 - Doações:R\$ 760,00
 1.2 - Inscrições:R\$ 3.765,00
TOTAL.....R\$ 4.525,00

2- DESPESAS:

2.1 - Aluguel de cadeiras.....R\$ 580,00
 2.2 - Condomínio dos alunos R\$ 600,00
 2.3 - Limpeza do ginásioR\$ 15,00
 2.4 - Limp. do salão nobreR\$ 30,00
 2.5 - Bonificação do emblemaR\$ 100,00

2.6 - Passagem aérea.....R\$ 642,72
 2.7 - Material gráfico.....R\$ 1.500,00
 2.8 - Reposição de material.R\$ 210,00
 2.9 - Material de consumo...R\$ 791,00
 2.10 - Repasse para CBPEAR\$ 56,28
TOTAL:.....R\$ 4.525,00

3- CONTRAPARTIDA DA ESCOLA:

3.1 - AlimentaçãoR\$ 4.557,00
 3.2 - CombustívelR\$ 200,00
TOTAL:.....R\$ 4.757,00
COMISSÃO ORGANIZADORA

PENSE BEM

O meio rural abriga 36 milhões de pessoas e tem uma população pobre estimada em 20 milhões. Será que a reforma agrária vai continuar no papel?

LIGUE PARA O MINISTRO

**NÃO ESQUEÇA.
 LIGUE PARA O MINISTRO DA EDUCAÇÃO.
 LEMBRE O SEU COLEGA. DIA 14/10
 FONE: 0800.61.61.61 (GRÁTIS)**

VISITA

Escola Agrícola Santa Isabel caminha para auto-suficiência

**Falta de recursos impossibilitam aumento de produção*

No último 24 de agosto, o presidente da AGPTEA, professor Antônio Hêlvio Ilha, visitou, a Escola Agrícola de 1º Grau Santa Isabel, localizada no município de São Lourenço do Sul - RS.

O presidente observou que a escola vem desenvolvendo atividades com alunos de 1ª a 8ª série, sendo que os alunos das séries iniciais são matriculados em regime externo, enquanto que os de 5ª a 8ª estudam em regime de internato. O número total de alunos é de 190, e oriundos de diferentes municípios como Pelotas, Arroio Grande, Rio



/Cerca de 190 alunos estudam em regime de internato

numa área de 200 hectares, possui 3 tratores e produz batata-inglesa, hortaliças, leite, frango e arroz. Produz cerca de 50% do que consome. "Para atingir a auto-suficiência plena, necessitamos de incentivos com tecnologias

de máquina para plantio direto, a falta de verbas investimentos na produção, para manutenção e reforma de prédios e pinturas.

Atualmente a escola é dirigida pelo professor Osvaldo Corrêa dos Santos que vêm administrando com competência os poucos recursos que recebe do governo estadual.

Na avaliação de Antônio Ilha, o ensino agrícola de primeiro grau, desenvolve um papel suma importância, pois oferece oportunidades para as crianças que vivem no campo, sem uma chance de ascensão na sociedade. A escola agrícola recebe este educando, ampara exercendo um papel de uma grande família, preparando-o para desenvolver a sua cidadania. "As autoridades não podem extinguir este tipo de educandário, pois a educação não representa custos para o estado, e sim investimento, e uma juventude voltada para o desenvolvimento" salientou.

Durante a visita o Presidente da AGPTEA debateu com alunos e o vice-diretor a importância da manutenção deste sistema de ensino.



Os alunos desenvolvem trabalhos práticos nos setores de produção.

Grande, Canguçu, Santa Vitória do Palmar, Tupanandi, Pedro Osório, Bagé, Cristal, Camaguã, Piratini, Capão do Leão, Morro Redondo e de outras regiões.

Os estudantes desenvolvem atividades teóricas e práticas em bovinocultura, agricultura, ovinocultura, apicultura, fruticultura, olericultura, citricultura, plantas medicinais e pastagem.

A escola está localizada

mais modernas" salientou o professor Cláudio José Duarte, vice-diretor.

Ele explicou que cada aluno contribui com R\$ 1,00, por mês, o que não vem representar nada no orçamento da instituição. O controle da produção é realizada pelo Círculo de Pais e Mestres.

A comunidade escolar queixou-se ao presidente da AGPTEA, que a escola tem as seguintes carências: a falta

CUIABÁ

IV ENEA foi sucesso



/Pernambucano provou e gostou do amargo chimarrão gaúcho

De 22 a 25 de julho, mais de 400 professores do Brasil participaram do IV Encontro Nacional do Ensino Agrícola, na cidade de Cuiabá, Mato Grosso. O evento foi realizado na Escola Agrotécnica Federal daquele estado. Participaram representantes de nove unidades federadas do Brasil.

O Rio Grande do Sul, através da AGPTEA, se fez representar com uma delegação de 40 professores de escolas estaduais, municipais e particulares.

Os debates abordaram diferentes assuntos, mas ficou claro entre os participantes que a organização da categoria, em cada estado, em associação é importante como alavanca de base para fortalecer e priorizar as lutas da categoria através da Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola (CBPEA). Cada participan-

te, levou para sua região, o desejo, de formarmos uma grande organização à nível nacional, para manter vivo o esquecido ensino agrícola, na esperança de tornar o país um celeiro agropecuário.

O coordenador do Ensino Técnico da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, Heitor Tomé da Rosa, foi debatedor no painel "O ensino Agrícola no contexto do Mercosul".

O presidente da CBPEA, professor Luis Calvete, enfatizou que é importância os professores continuarem na vanguarda do ensino técnico, que hoje se tornou uma luta nacional.

O professor gaúcho, Wilson Arruda, queixou-se no Encontro, que as propostas de formação de uma fundação para o ensino técnico no RS, foi realizada muito as pressas e sem ouvirem as bases de todas as escolas.

Números indicam produção defasada

Argemiro Brum, coordenador da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário, analisa os números da área. O cultivo de trigo no Brasil é de 1,76 milhões de hectares para uma produção estima-

da entre 2,7 milhões de toneladas. O consumo no país é de 8 milhões de toneladas. A defasagem é compensada pela Argentina, que tem uma provisão de produzir 14,5 milhões/t na safra 96/97. Mais de 4 milhões serão exportadas para o Brasil.

PARTICIPE

Os Associados e simpatizantes da AGPTEA, para participar deste Jornal, podem enviar artigos, cartas e denúncias.

ESTUDOS RIO-GRANDENSES - ETA - VIAMÃO

A Escola Técnica de Agricultura de Viamão, RS, estará realizando a décima quinta edição dos Estudos Rio-grandenses, nos dias 24 e 25 de outubro, próximo.

Serão fornecidos certificados para 40 horas.

ANIVERSÁRIO - 86 ANOS

A Escola mais antiga do ensino agrícola, a ETA, no estado estará completando 86 anos.

Para comemorar, a direção, pais e alunos realizarão um jantar-dança no Clube dos Casados, em Viamão, no dia 8 de novembro, às 20 horas.

Reservas pelo fone 485.1173

**Comissão Organizadora
I Encontro Sulbrasileiro e
XI Encontro Estadual
de Ensino Agrícola
Escola Estadual de 2º Guaporé**

Presidente:

Prof. Moacir Ari Giaretta

Comissão para o Pannel da Escola:

Bruno João Behne (Presidente);

Aldair Lazzaretti, Maria Antonieta Behne

Geci Bassani Ortolan e

Lorena Francisca Basualdo.

Comissão de Recepção:

Dilva Vineide Brancher (Presidente)

Neuza T. Caron e Nestor Jorge Ortolan.

Comissão de Alojamento e Limpeza:

Amur Locatelli (Presidente), Valter P. Caron e

Nestor Jorge Ortolan.

Comissão de Divulgação:

Alda Regina Pereira Santana (Presidente),

Gerson Tomaselli, Paulo Fernando Sartor.

Comissão de Apoio Interno:

Amália Rosa Ghiggi (Presidente) e

Alunos do terceiro ano.

Comissão de Busca e Apoio Externo:

Luiz A. Fin (Presidente), Vitorino Lazzaretti,

Zumar Roman Ros; José Ademir Osmarin.

Mestre de Cerimônia:

Doraci Bortoncello e Mário Ortolan.

Comissão Geral:

Composta pelos Presidentes de Cada Comissão.

**Programação
do XI Encontro Estadual e**

I Encontro Sulbrasileiro de Ensino Agrícola

Dia 09 de outubro - Quarta-feira:

9:00 hs às 12:00 hs: Recepção e Inscrição

12:00 hs: Solenidade de abertura do Encontro, Autoridades e Convidados especiais

16:00 hs:

Painel: Escola Agrícola de Guaporé

Painelistas: Prof. Moacir Ari Giaretta, Prof. Bruno João Bene, Maria Antonieta Bene, Aldair Lazzaretti, Geci Bassani Ortolan, Marisete Ortolan, Lorena F. Basualdo.

18:30 hs: Encerramento

19:00 hs: Atividade Cultural Livre

Dia 10 de outubro - Quinta-feira:

8:30 hs às 10:00 hs:

Painel: Ensino Agrícola e Política Educacional: Projeto de Lei nº. 1603/96 que dispõe sobre a educação profissional; Reformas no Ensino Agrícola Estadual.

Painelistas: Dr. Antônio Edmar Teixeira de Holanda - Ministério de Educação e Cultura (MEC); Prof. Canroberto Kumpeser Werlang - Supervisor da Escola Agrícola de Santa Maria/RS; Prof. Luiz Calvete Corrêa - Presidente da Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola (CEBPEA); Dr. Vicente Bogo (Vice-Governador do RS); Prof. Heitor Tomé da Rosa - Coordenador de Ensino Técnico - SEC/RS

10:00 hs: Intervalo

12:00 hs: Almoço

14:00 hs:

Painel: Relato de Experiências

15:30 hs: Intervalo

16:00 hs:

Painel: Agricultura e Ambiente

Painelistas: Dr. Sebastião Pinheiro - IBAMA/RS; Dr. Lair Ferreira - Secretaria de Agricultura/RS; Dr. Ricardo G. Schmitz - GAIA

18:00 hs: Encerramento

20:00 hs: Churrasco Integração

21:00 hs: Apresentações Artísticas

Dia 11 de outubro - Sexta Feira

8:30 hs:

- Trabalho em Grupo

- Indicativos

- Propostas a serem encaminhadas para a autoridades competentes

- Avaliação do Encontro

10:00 hs: Intervalo

10:15 hs: Apresentação em Plenários das propostas dos grupos e votação

12:00 hs: Almoço de Encerramento

Inscrição

Sócio: R\$ 15,00 (quinze reais)

Não Sócio: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)

Estudante: R\$, 15,00 (quinze reais)

Diária

R\$ 9,00 (nove reais), incluindo o Churrasco e as Apresentações Artísticas

Hospedagem Gratuita na Escola:

- Masculino e Feminino;

- Levar roupa de cama;

- 70 vagas - Reservar com Antecedência.

Telefone da Escola: (054) 443-1604

Hotéis:

Hotel Las Carreras - 4 estrelas

Av. Do Autódromo - Fone/Fax (054) 433-2277; 20 apartamentos; 40 e 45 pessoas; Preço: R\$ 25,00

Hotel Topo Gígio - 3 estrelas

Av. Scalabrini, 928 - Fone/Fax (054) 443-1461; 120 a 125 apartamentos c/ café a garagem livre; Preços: R\$ 14,00 - c/ TV PB.; R\$ 17,00 - ar condicionado e TV color; R\$ 28,00 - casal - c/ ar condicionado e TV color.

Hotel Poletto

Av. Sílvio Sanson, 1627 - Fone (054) 433-1564; 65 quartos individuais; Preços: R\$ 8,00 - c/ banheiro coletivo; R\$ 10 apart. c/ banheiro.

Horários de Ônibus:

Porto Alegre a Guaporé: 7:30 hs - Direto; 12:30 - Direto; 18:30 - Direto.

Valor da Passagem R\$ 10,54 (dez reais e cinquenta e quatro centavos)

Tempo de Viagem: 3:00 hs

Distância Porto Alegre à Guaporé: 250 km



Moacir Ari Giaretta, diretor da Escola Estadual Agrícola de Guaporé